

# Jader fará amanhã seu discurso de renúncia

Senado também se ocupará com a votação da Lei das S.A.; na Câmara, deputados analisam Lei do Saneamento

Anamária Rossi  
de Brasília

As atenções do Congresso Nacional estarão voltadas nesta semana para o futuro do presidente do Legislativo, senador Jader Barbalho (PMDB-PA). Se cumprir promessa anunciada na última quinta-feira, Jader fará amanhã seu discurso de renúncia à presidência do Senado. Deixará o cargo para responder, da cadeira de senador comum, ao processo que deverá ser aberto contra ele pelo Conselho de Ética.

O Conselho votará, na próxima quinta-feira, relatório de investigação dos senadores Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM), no qual eles apontam o colega paraense como principal beneficiário do desvio de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) e pedem a abertura de processo por quebra de

decoro parlamentar. A se repetir o placar da semana passada — quando o Conselho aprovou por nove votos a cinco (todos do PMDB) a recomendação para a Mesa impedir a volta de Jader à presidência —, o relatório será aprovado.

Paralelamente, o Senado estará ocupado em eleger seu novo presidente, que sairá do PMDB. O nome mais provável até o final da semana passada era o do senador José Sarney (AP). As eleições serão convocadas tão logo Jader renuncie.

No meio da turbulência anunciada, o Senado pode aprovar, na quarta-feira, a Lei das Sociedades Anônimas (S.A.), que passou pelas comissões sem alteração mas ainda pode receber emendas no plenário. A tendência, no entanto, é que se repita o acordo de líderes verificado nas comissões, preservando o texto da Câ-



Romeu Tuma

mara e encaminhando-o ainda nesta semana para a sanção presidencial. As pendências que restarem serão resolvidas com vetos parciais do presidente da República ao texto.

Na Câmara, alguns dos temas

mais pungentes ainda não chegaram ao plenário e são objeto de calorosos debates nas comissões. É o caso da Lei do Saneamento, cujo relatório do deputado Adolfo Marinho (PSDB-CE) desagradou o governo e levou o presidente a derrubar, mais uma vez, a urgência constitucional do projeto. O acerto pode ser fechado em reuniões amanhã e quarta-feira na comissão especial. Os governistas pretendem votar o texto em plenário até 17 de outubro.

A comissão especial do Comércio Eletrônico também tenta superar o impasse entre Legislativo e Executivo, aparando as arestas entre o modelo adotado pelo governo, por meio de medida provisória, e o que vinha sendo discutido no Congresso. O substitutivo do relator, Júlio Semeghini (PSDB-SP), pode ser votado na quarta-feira à tarde na comissão.

Na quarta pela manhã, a Comissão de Fiscalização e Controle ouvirá as explicações do presidente da Terracap (Companhia Imobiliária de Brasília), Eri Varela, para as denúncias de irregularidades ocorridas na empresa durante o governo de Joaquim Roriz (PMDB). A Terracap é a detentora das terras públicas do Distrito Federal, desapropriadas pela União para a construção da capital. A União detém 49% do capital da empresa, que é administrada pelo Governo do DF.

Na quinta-feira, quem dará explicações à Câmara será o presidente do Banco Central, Armínio Fraga. Mas não sobre denúncias. Fraga participará de audiência pública promovida por três comissões — Finanças, Economia e Fiscalização — para falar dos efeitos da política cambial adotada pelo BC.